



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

**INSERÇÃO DA CHINA, ATRAVÉS DO SOFT POWER, POR MEIO DA  
EDUCAÇÃO, EM CABO VERDE**

DISCENTE: CAROLINE FORTUNATO ANDRADE  
ORIENTADORA: CINTHIA REGINA CAMPOS RICARDO DA SILVA

SÃO FRANCISCO DO CONDE  
2021

**CAROLINE FORTUNATO ANDRADE**

**INSERÇÃO DA CHINA, ATRAVÉS DO SOFT POWER, POR MEIO DA  
EDUCAÇÃO, EM CABO VERDE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB- Campus dos Malês.

Orientadora: Prof. Dra. Cinthia R. Campos.

**São Francisco do Conde  
2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

A566i

Andrade, Caroline Fortunato.

Inserção na China, através do Soft Power, por meio da Educação, em Cabo Verde /  
Caroline Fortunato Andrade. - 2021.

43 f. : il., color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade  
da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. Cabo Verde - Educação. 2. Cabo Verde - Relações econômicas exteriores - China.  
3. China - Relações econômicas exteriores - Cabo Verde. 4. Soft Power. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.9665051

**CAROLINE FORTUNATO ANDRADE**

**INSERÇÃO DA CHINA, ATRAVÉS DO SOFT POWER, POR MEIO DA  
EDUCAÇÃO, EM CABO VERDE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB- Campus dos Malês.

Aprovada em: 20/08/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup>. Dra. Cinthia R. Campos (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

**Prof.<sup>a</sup>. Dra. Juliana Mércia Guilherme Vitorino**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

**Prof.<sup>a</sup>. Dra. Rutte Tavares Cardoso Andrade**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por toda força! Principalmente nos momentos de dificuldade e provações.

Aos meus pais, Marcelo e Rose, por todo esforço e dedicação, incentivando sempre para que valorizasse a educação.

As minhas irmãs, Jéssica e Marcela, que são meu porto seguro e minha força. E obrigada por não me deixar desistir, mas sim persistir nos estudos.

A minha madrinha Nazara, gratidão por me apoiar e fazer com que fosse possível o sonho de cursar o Ensino Superior.

Ao meu companheiro, Walter, por todo apoio nas noites mal dormidas e estresses diários com o processo da escrita.

A todos os meus familiares: tias, tios, avós, primos que contribuíram direta e indiretamente para que um sonho que era nosso pudesse se concretizar.

As minhas amigas, Damires, Islana e Talita, que compreenderam minha ausência durante este processo e ainda contribuíram com incentivos, palavras e ações que me deram mais determinação.

A minha orientadora, Cinthia Campos, por todo suporte, atenção e aprendizado. Foi de suma importância sua compreensão e auxílios nas incertezas e desistências.

A todos que fazem a Unilab, que contribuíram não somente para minha formação acadêmica, mas também para um pensamento crítico e ampliado.

E a minha saudade diária, meu pai quem me fortalece mesmo onipresente, permanecendo para sempre em minha mente e em meu coração em todos os momentos.

Ao meu amor infinito, à minha saudade diária, a ti dedico, PAI

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**GRÁFICO 1.** PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO DE CABO VERDE (%)

**GRÁFICO 2.** EXPORTAÇÃO - CONTINENTE AFRICANO (EM MIL DÓLARES AMERICANOS)

**GRÁFICO 3.** MATRÍCULA - ESCOLA PRIMÁRIA (% BRUTO)

**GRÁFICO 4.** MATRÍCULA - ESCOLA SECUNDÁRIA (% BRUTO)

**GRÁFICO 5.** MATRÍCULA - ESCOLA TERCIÁRIA (% BRUTO)

**GRÁFICO 6.** DESPESAS DO GOVERNO COM EDUCAÇÃO - TOTAL (% DO PIB)

## RESUMO

A China vem de maneira recorrente investindo nos países em desenvolvimento, buscando consolidar-se no âmbito internacional, bem como na diversificação de seus parceiros, realizando uma expansão no continente africano, incluindo Cabo Verde. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a relação entre Cabo Verde - China e como o Soft Power se faz presente nesse contexto. Como objetivos secundários busca-se refletir se a influência chinesa contribuiu para o desenvolvimento e crescimento da educação do país insular; como também pesquisar e identificar se houve mudanças na educação em Cabo Verde, através da política externa chinesa. A China investe em diversos âmbitos, em Cabo Verde, tendo uma visão ampla de mundo e versatilidade de países para realizar cooperação. Contudo, Cabo Verde oferece uma rota marítima em posição privilegiada, tendo contato com outro continente. Seria esse o interesse da China? Firmar laços com o país, através do Soft Power, visando conquistar sua rota marítima, consequentemente seus países parceiros? Será essa estratégia da Política Externa Chinesa para com Cabo Verde? Até que ponto o ensino da língua chinesa no território cabo-verdiano é estratégico para este país do Sul Global? A pesquisa utilizará como recurso metodológico qualitativo o estudo de caso, visando compreender e identificar a importância da política externa entre Cabo Verde e China. Nessa perspectiva, a utilização da política comparada auxiliará para avaliar como é a política externa de ambos os países e *o Soft Power* chinesa está sendo exercida em Cabo Verde, ponderando se resultou em mudanças na educação de Cabo Verde. Diante do exposto, o projeto busca identificar o que motiva a República Popular da China a realizar investimentos que já se perpetuam, desde a Independência de Cabo Verde, obtendo crescimento ao decorrer dos anos.

**Palavras-chave:** Cabo Verde - Educação. Cabo Verde - Relações econômicas exteriores - China. China - Relações econômicas exteriores - Cabo Verde. Soft Power.

## ABSTRACT

China has been recurrently investing in developing countries seeking to consolidate itself internationally, as well as in the diversification of its partners, expanding on the African continent, including Cape Verde. Thus, this research aims to analyze the relationship between Cape Verde - China and how Soft Power is present in this context. As secondary objectives, it seeks to reflect whether the Chinese influence contributed to the development and growth of education in the island country; as well as researching and identifying if there were changes in Cape Verde, through Chinese foreign policy. China invests in different areas, in Cape Verde having a broad vision of the world and the versatility of countries to carry out cooperation. However, Cape Verde offers a maritime route in a privileged position, having contact with another continent. Is this in China's interest? Establish ties with the country, through Soft Power, aiming to conquer its maritime route, consequently its partner countries? Is this Chinese foreign policy strategy towards Cape Verde? To what extent is Chinese language teaching in Cape Verdean territory strategic for this Global South country? The research will use the case study as a qualitative methodological resource, aiming to understand and identify the importance of foreign policy between Cape Verde and China. From this perspective, the use of comparative policy will help to assess how the foreign policy of both countries is and Chinese Soft Power is being exercised in Cape Verde, considering whether it has resulted in its growth and development. Given the above, the project seeks to identify what motivates the People's Republic of China to carry out investments that have been perpetuated since the independence of Cape Verde, achieving growth over the years.

**Keywords:** Cape Verde - Education. Cape Verde - Foreign economic relations - China. China - Foreign economic relations - Cape Verde. Soft Power.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, SOFT POWER E POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Soft Power: um conceito das Relações Internacionais.....	14
1.2 A caracterização do Soft Power .....	16
1.3 Debate sobre a Política Externa e as Relações Internacionais.....	17
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>RELAÇÃO CABO VERDE-CHINA ATRAVÉS DA POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>20</b>
2.1 Política externa de Cabo Verde.....	20
2.2 Política externa da China para com Cabo Verde.....	23
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>SOFT POWER CHINÊS NA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE.....</b>	<b>29</b>
3.1 Soft Power Chinês.....	29
3.2 Importância da Educação em Cabo Verde.....	32
3.3 Diplomacia educacional entre Cabo verde e República Popular da China.....	36
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um arquipélago insular, no Oceano Atlântico, com uma rota marítima privilegiada que permite a conexão direta entre África, América do Sul e Europa. Embora não disponha de recursos naturais em abundância, tem atraído diversos parceiros e investidores internacionais, uma vez que possui localização privilegiada. O Arquipélago vem aproveitando dessas potencialidades para estabelecer acordos de cooperação com diversos países como estratégia de barganha para impor seus interesses em ações e estimular o desenvolvimento. Efetivamente, as políticas de desenvolvimento nacional têm sido através de investimentos com a Política Externa e a diplomacia pragmática nas dimensões bilaterais e multilaterais. Ou seja, sendo uma nação subdesenvolvida, com escassez de recursos naturais, de produção agrícola e industrial e com a incapacidade de recursos para suprir as necessidades da população, Cabo Verde tem recorrido aos auxílios externos (DELGADO; VARELA; COSTA, 2014).

Sendo um país, cuja diplomacia tem sido fundamentada no pragmatismo e oportunismo, parte-se do pressuposto que o Arquipélago tem aproveitado da expansão chinesa no continente africano, para estabelecer parcerias em diversos setores de interesses nacionais. As relações entre Cabo Verde e China começaram um ano após a independência do país insular, que ocorreu no dia 5 de julho de 1975, resultante da luta armada que aconteceu na Guiné-Bissau. Dentre os parceiros chineses no continente africano, Cabo Verde foi o primeiro Estado a instalar uma embaixada da China na sua capital, Praia, que desde então tem formalizado inúmeras acordos diplomáticos e os investimentos em setores estratégicos para ambas as partes. Sendo assim, a pesquisa buscou analisar a relação entre China e Cabo Verde, com ênfase no *Soft Power* chinesa e sua influência na educação e na sociedade cabo-verdiana como um todo. De forma complementar, buscou-se compreender os efeitos da política chinesa na educação do país, bem como verificar e identificar se houve ou não mudanças nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais com a chegada dos chineses no país.

No que se refere às políticas educacionais e influência do *Soft Power* chinês e sua expansão no continente africano, Cabo Verde torna-se um interessante objeto de estudo, visto que, embora algumas literaturas têm discutido a importância da língua materna para a formação social do indivíduo, Cabo Verde parece ter outra preocupação que é a implementação da língua chinesa nas ilhas. Nessa linha, Madeira (2010) argumenta que foi assinado um protocolo em 2017 que introduziria o mandarim como língua estrangeira opcional no Sistema de Ensino, com o objetivo de aproximação cultural. Por outro lado, pouco se fala sobre a introdução da língua cabo-verdiana no processo de ensino. É nesse contexto que nossa pesquisa se torna importante

para preencher tal lacuna e compreender os impactos do *Soft Power* chinês na educação, em Cabo Verde.

Considerando as relações entre o *Soft Power* chinês e sua política de expansão das áreas de influência comercial, política, ideológica e cultural, a sua relação com Cabo Verde não se resume a acordos de solidariedades e humanitários como é sustentado pelo senso comum. Os reais interesses dessa cooperação têm sido maquiados com políticas, programas e projetos de benefícios a médio e longo prazo, como por exemplo a cooperação no âmbito de ensino e formação de professores de língua Mandarim que tem como propósito a expansão da cultura chinesa, daqui a alguns anos. Com base nesses argumentos, sintetizamos as seguintes questões: Será essa estratégia da Política Externa Chinesa para com Cabo Verde? Até que ponto o ensino da língua chinesa, no território cabo-verdiano, é estratégico para este país do Sul Global?

Inicialmente, parte-se do pressuposto que o investimento da China, nos países em desenvolvimento, está associado à busca de expansão das áreas de influências no âmbito internacional, bem para diversificação de seus parceiros. Em contrapartida, os países como Cabo Verde têm estreitado relações com a China, com intuito de captar investimentos, inclusive envia estudantes ao gigante asiático para formação em diferentes áreas de estudos, já que a educação nacional é limitada. A fim de reforçar a tese, Madeira (2010) argumenta que o interesse da China em relação a Cabo Verde fundamenta-se na ideia de extensão territorial, mediante o incentivo aos investidores chineses no país insular. Uma outra hipótese pode ser o interesse da China em relação a Cabo Verde, são as possibilidades políticas e econômicas que o Arquipélago possa oferecer, por ter uma diplomacia comercial sólida com a União Europeia, como também as oportunidades de mercado que o país possa oferecer.

A pesquisa é um estudo de caso qualitativo, fundamentado em análise bibliográfica e documental, e as técnicas de interpretação de dados recorre às abordagens descritivas e interpretativas, através de análises textuais de conteúdo temático. A fonte de dados quantitativos foi utilizada de forma secundária para obtê-los e assim fundamentar as leituras e discussões, tendo como plataforma de pesquisa o INE (Instituto Nacional de Estatísticas) o qual é um espaço digital do Governo de Cabo Verde que disponibiliza dados socioeconômicos referentes ao Arquipélago. Também foi pesquisado no portal ITC (International Trade Center) no qual foi possível encontrar dados de importação e exportação utilizados para construção da pesquisa.

De acordo com Rezende (2011), “estudar os fenômenos complexos, a partir da utilização de estudos comparados de casos, portanto, quando vistos sob esta perspectiva, passa a ser o

*modus operandi* essencial para penetrar com maior potência na diversificação e variabilidade de causas e condições que produzem o fenômeno de interesse.”

Nesta perspectiva, a utilização da política comparada auxiliará para avaliar como é a política externa de ambos os países e como o Soft Power chinês está sendo exercido, em Cabo Verde, ponderando se resultou no crescimento e desenvolvimento do mesmo. Diante do exposto, a pesquisa procura desenrolar aspectos presentes em ambos os países, partindo do pressuposto que, conforme Collier (1995) *apud* Rezende (2011):

define o problema de viés de seleção na pesquisa qualitativa como estando diretamente associado aos problemas de representatividade dos casos diante de uma população estudada quando há uma intenção ou propósito específico envolvido na seleção destes. Os resultados inferenciais gerados por tais casos tendem a reduzir o grau de significância estatística da população e, em comparação com as estratégias quantitativas que se valem da aleatoriedade, estas possuem sérios problemas para a geração de conhecimento científico. O viés de seleção intencional é que esta pode gerar amostras truncadas que se situam em partes específicas de uma dada distribuição de valores da variável estudada, não levando em conta importantes porções do comportamento que não "interessam" a análise.

O conceito das Ciências Sociais contempla as Relações Internacionais (RIs) de maneira positiva, como traz a autora Cinthia Campos, (2015) “(...) o método comparado foi tão bem aceito nas Relações Internacionais, pois permite analisar diversas variáveis em distintos fenômenos, desde países a guerras e tratados internacionais”, fazendo com que o método seja importante e relevante para o campo das RI 's.

Quanto ao conceito de Política Comparada aplicado à visão de estudo de caso dos países citados, Rezende (2011) destaca que “...nova metodologia qualitativa na ciência política comparada, compreende os estudos de caso como um *conjunto de métodos* que são utilizados em pesquisa comparativa (do tipo *multi-site*), voltadas para a produção de inferências causais e teste de hipóteses.”

Ademais, a pesquisa contou com quatro etapas, iniciando com as buscas de fontes que validassem as constatações, através de documentos, para assim identificar qual a relação do *Soft Power* entre a China e Cabo Verde e quais possíveis retornos serão contemplados pelos países. Em seguida, foram feitas leituras e fichamentos dos textos que compõem o nosso quadro teórico, com ênfase nas literaturas que discutem a Política Externa, *Soft Power* e Teoria das Relações Internacionais. Na terceira etapa, foram recolhidos dados estatísticos, nas plataformas já citadas, que foram de suma importância para constatar o quantitativo de investimento que era feito pela China, bem como suas relações de importação e exportação que facilitaram a compreensão dos fluxos comerciais. Finalmente, foram analisados, de forma minuciosa, os

documentos e dados, dando início ao processo de compilação dessas informações para que, a partir delas, fosse possível desenvolver o trabalho.

Por fim, para melhor organização e compreensão, o trabalho apresenta-se dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo serão abordados conceitos teóricos que possibilitam o entendimento acerca das políticas internacionais de um Estado para com o seu parceiro. No segundo capítulo, buscou-se caracterizar os objetos de estudos, com foco na política externa, bem como a trajetória histórica dos laços existentes entre os dois países e a forma como essa política reflete no âmbito doméstico. Já no terceiro capítulo, é colocado em discussão o *soft power* utilizado pela China com a visão de não apenas dar suporte a Cabo Verde, na questão de infraestrutura, bem como na exportação e no setor da educação.

## **CAPÍTULO I – TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, SOFT POWER E POLÍTICA EXTERNA**

Nesse ponto, debate-se três conceitos que fundamentam a pesquisa: Teoria das Relações Internacionais, *Soft Power* e Política Externa respectivamente. Cabe destacar que não serão análises exaustivas, mas a apresentação das principais premissas e pensamentos dessas temáticas, de modo a sustentar a pesquisa.

### **1.1. Soft Power: um conceito das Relações Internacionais**

Nos estudos das Relações internacionais, as teorias são tidas como principais categorias de análises de um fenômeno internacional, cuja finalidade é proporcionar um maior entendimento sobre a aproximação ou distanciamento entre dois Estados soberanos. Para os estudiosos e formuladores de políticas, as teorias auxiliam-nos na interpretação dos fenômenos e nas formas como podem procurar soluções e estratégias que visam garantir a efetividade dos objetivos, mediante à “consistência e coerência interna, além de sua capacidade de reflexão crítica” (SARFATI,2005, p.29). Dessa forma, as teorias surgem como unidade de análise das políticas internacionais e para julgar as possibilidades de erros e acertos na senda internacional.

Martin Wight e Hedley Bull dividem as tradições teóricas em três: Hobbesiana, Kantiana e Grotiana. Para Hobbes, o Estado é anárquico e vive em constante conflitos, associado à competição e à desconfiança. Na teoria hobbesiana, a guerra é resultado da natureza humana como forma de testar a sua capacidade e impor seus interesses em ação. Essas premissas estão enraizadas nas teorias realistas, que defendem o Estado como principal ator nas Relações Internacionais, responsável pela divisão da política interna e externa, priorizando as relações de poder, com enfoque na anarquia, como estratégias de assegurar seus interesses e a segurança do seu povo.

O paradigma kantiano destaca a emancipação da comunidade internacional, tendo os indivíduos como protagonistas nas relações entre Estados e na cooperação como jogo de interesse, bem como instrumento para garantir a paz e a convivência harmoniosa entre os Estados no Sistema Internacional. Pode-se dizer que este paradigma está mais próximo dos idealistas, que acreditam que a transformação do sistema internacional possibilita um cenário com condições de estabelecer a paz e o Estado focado nas Organizações Internacionais. Por fim, a tradição teórica entende que as relações entre os Estados soberanos são guiadas por normas e regras supranacionais, que garantem a conduta teórica e prática do Direito Internacional, obtendo uma abordagem intermediária por meio do qual o Estado permanece

sendo modelo de organização primordial. Tais doutrinas são defendidas pelos teóricos da Escola Inglesa que trazem a ideia de que uma sociedade é composta por Estados, os quais são confrontados com conceitos como: diplomacia, guerra, equilíbrio de poder e direito internacional, não descartando as possibilidades de comportamentos anárquicas, porém, com capacidade de estabelecer harmonia e respeito às regras comuns.

Após a Guerra Fria, houve mudança significativa nas Relações Internacionais pelas quais buscava-se entender a transição de um mundo bipolar para um multipolar ou unipolar, o que provocou uma profunda discussão. As teorias existentes não previam uma guerra dessa magnitude, por isso se causou estranhamentos no seio da academia, estimulando o surgimento de novas teorias que buscam construir argumentos e explicações científicas acerca desse fenômeno, e evitar futuras guerras e caos no cenário global.

Nesse aspecto, Joseph Nye (2002) argumenta que o poder americano, no pós- Guerra Fria, cresceu relativamente. O autor entende que poder “é a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo” (NYE, 2002, p. 30). E, ainda, sustenta que o poder exige a delimitação da política externa, bem como uma boa liderança, por isso o poder deixou de ser o tamanho populacional para se concentrar no poder econômico. No entanto, Nye (2002) parte da compreensão de que a sinergia dos dois poderes reflete na posição da liderança mundial que é o poder bruto (*hard power*) e o poder brando (*soft power*). Esses conceitos fazem parte da perspectiva liberal amparado nas ideias de busca pelo intercâmbio comercial, entre os parceiros internacionais, bem como estabelecer tolerâncias entre as diferentes culturas, de maneira a construir mecanismo de comunicação, baseado em interesses comuns, o que torna a cooperação um elemento interessante para instaurar a expansão dos mercados mundiais e, concomitantemente, tornar o mundo cada vez mais interdependente.

O liberalismo vê, no sistema internacional, as possibilidades de mudança, no intuito de seguir por uma vertente mais pacífica, havendo relação entre a paz e a democracia, argumentando que os Estados democráticos prezam pela paz. Por isso, quanto mais países democráticos tiver, maiores são as chances de promover uma relação pacífica entre eles. Dessa forma, os países buscaram resolver suas diferenças sem entrarem em conflitos, favorecendo o intercâmbio econômico, político e cultural, tendo a opinião pública como um forte aliado à instauração de uma política externa consistente.

Para os liberais, a medida em que a opinião pública possa se manifestar a respeito da conduta internacional, será benéfico para os Estados, no sentido de dar uma visão mais clara no processo de decisões para com os outros países, o que impulsiona a desconsideração da

diplomacia secreta que, conseqüentemente, aumenta a tensão entre os Estados, causando insegurança. O *Soft Power*, dessa forma, surge como estratégias de definir uma agenda política, fazendo com que países se alinhem aos seus interesses, atraindo-os, ao invés de coagi-los.

## 1.2. A caracterização do *Soft Power*

O *soft Power* é considerado um poder brando pelos quais os Estados impõem seus interesses, sem o uso da força, ou seja, de forma discreta e efetiva. É utilizado nas Relações Internacionais, para demonstrar como o Estado pode interferir indiretamente nas atitudes de outros Estados, através da cultura ou ideologia. De acordo com Nye (2004, p. 6), “*soft power* é mais do que apenas persuasão ou a capacidade de encorajar pessoas pela arte do raciocínio: é também a capacidade de atrair a atração, frequentemente, o que leva a uma certa submissão. Concluindo, *soft Power* é um poder de atração”. Esta forma de intervenção internacional, não depende da capacidade militar, nuclear ou econômica, mas de políticas ideológicas e poder da persuasão que induz o parceiro a participar de uma política, ou conjunto de políticas, sem perceber as reais intenções das entidades parceiras.

O autor Duarte (2012) faz uma reflexão sobre como podem ser divididas as teorias nas Relações Internacionais, são elas:

[...] poder econômico (do qual a União Europeia é um exemplo) e ao poder militar (em que os Estados Unidos está na dianteira), podemos unir o poder ideológico e cultural. [...] a China claramente entende a importância do *soft power* e tenta colocá-lo à disposição de sua estratégia para a Ásia e o restante do mundo. Uma autêntica operação de “charme” está no processo de renovar e restaurar a imagem da China no mundo, como vamos explicar (p.502).

Nota-se que uma política expansionista, baseada no *Soft Power* é uma estratégia minuciosa, adotada por um determinado país sem o uso da força ou violência do *hard Power*, para que possa conquistar interesses, induzindo as ações do outro, ou seja, uma atuação sofisticada de conseqüências em longo prazo,

Porém, esses dois conceitos diferem na natureza do comportamento e na tangibilidade dos recursos. De acordo com Nye (2004, p. 7), “O ‘*command power*’, a capacidade de mudar o que os outros fazem, é baseado na coerção ou na indução”, enquanto o “‘*co-optive power*’, a capacidade de moldar o que os outros querem, é baseado na atratividade da sua cultura e seus valores ou na capacidade de manipular a agenda de escolhas políticas para derrotar as preferências dos outros”. (p.53)

Os argumentos apresentados até aqui permitem afirmar que existem diversas formas de executar o poder, sem necessariamente recorrer ao uso da força e da violência. Também, é um fenômeno que permite a construção de artifício de acordos e negociações na senda internacional. A arte de negociar e argumentar sobre sua ideia e ponto de vista foi conquistando e ganhando, cada vez mais espaço, afinal quem não quer chegar ao seu objetivo com menos danos possíveis?

A “ascensão pacífica” fundamenta sua justificativa no fato de a China ter assumido a liderança econômica internacional como instrumento de boa vontade, em oposição à liderança obtida por outras potências por meio de coerção e subordinação. O conceito de “subida pacífica” faz parte de uma estratégia de reforço desta imagem, e podemos relacioná-lo com a *soft power*. (ROSA,2015. p. 29)

Como exemplo, podemos destacar que foi baseado na iniciativa do *Soft Power* que o governo chinês vem projetando suas ações no cenário global, buscando projetar na senda internacional, sem travar guerras, ou conflitos bélicos. Sendo assim, Duarte (2012) sustenta que “assim, a abordagem do *soft power* é baseada em uma solução pacífica, indireta, sutil e mais ou menos discreta, dentro do escopo do apelo de ideias; na capacidade de persuadir ao invés de vencer, em termos de cultura e de ideologia” (p.503).

### 1.3. Debate sobre a Política Externa e as Relações Internacionais

O ambiente internacional é complexo e desafiador, por isso a política externa é considerada uma ferramenta fundamental para o posicionamento dos atores internacionais, diante dos desafios do universo. Segundo Christopher Hill, a Política Externa é a soma dos recursos externos oficiais, relações conduzidas por um ator independente (geralmente um estado) em relações” com seus parceiros e colaboradores internacionais. Ou seja, a política externa são arranjos políticos que um Estado utiliza para garantir os objetivos do país em âmbito internacional, buscando atender aos diversos interesses da sociedade.

Na sua obra intitulada Teoria das Relações Internacionais de Gilberto Sarfati (2005), Morgenthau<sup>1</sup> analisa de forma aprofundada a política externa dos países, em geral, de modo a oferecer entendimento acerca da natureza da temática. Nesse contexto, o autor atribui à Política Externa as seguintes características: política de defesa do status quo; política de imperialismo;

---

<sup>1</sup> Morgenthau traz a definição de cada característica no livro **Teoria das Relações Internacionais de Gilberto Safari** com o intuito de descrever quais são as possíveis natureza de política externa adotadas pelos países em geral, p. 94.

política de prestígio; geografia; recursos naturais; capacidade industrial; liderança; quantidade e qualidade das forças armadas; população. Entretanto, percebe-se que a política externa tem múltiplas dimensões, o que torna a sua compreensão fundamental para analisar as dinâmicas dos Estados no âmbito internacional e entender como funcionam as relações de cooperação de cada país e privilegiar os interesses mútuos.

A política externa é condicionada pelos fatores internos e externos que possibilitam traçar metas e realizar objetivos almejados pelo Estado. O neorrealismo traz uma abordagem sobre as propriedades relacionais, enfatizando os poderes econômicos e militares, vistos como primordiais na determinação na tomada de decisões dos Estados, de forma individual, buscando priorizar os seus interesses. Nesses preceitos, Cristina Pecequilo (2017) argumenta que as nações maquiavam sua política externa em nome dos interesses nacionais, haja vista que a real intenção, às vezes, é a busca do poder e o progresso no Sistema Internacional.

A configuração do sistema internacional pode se dar de três formas: multipolar, bipolar ou unipolar. A partir disso, será condicionada a maneira que cada Estado age perante os outros, definindo “o comportamento dos Estados que as opções destes estariam essencialmente restritas ao somar forças com outros para equilibrar ou contrabalancear os mais poderosos ou mais ameaçadores Estados ou se deixar rebocar por estes.” (Waltz,1979; Walt,1987 *apud* Amorim Neto). O autor sustenta que existem duas formas de balanceamento do poder – externo ou interno, sendo que o externo “implica a combinação das capacidades de dois ou mais Estados”, já o interno, “significa a mobilização das capacidades dos recursos internos de um Estado, de modo a capacitá-lo a resistir aos Estados mais fortes”.

Em um sistema bipolar, o balanceamento tende a ser mais interno, enquanto, num sistema multipolar, os Estados podem fazer o balanceamento de maneira mais econômica procurando outras potências como aliadas (Waltz,1979, p.168). Sob um sistema unipolar, o balanceamento externo tende a ser mais difícil ainda do que a bipolaridade. (Amorim Neto,2011. p., 19).

Nesse sentido, sendo o Estado caracterizado como ator unitário, faz com que os condicionamentos domésticos sejam rebaixados no que diz respeito ao plano analítico, fazendo com que coloque em reflexão se os fatores domésticos não colocariam em choque o processo de tomada de decisões, havendo efeito entre as instituições democráticas com a política externa. Assim, é possível observar que resultou em consequências políticas, sendo elas:

Principais instituições dos regimes representativos-sistemas do governo(presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo),padrões de governança(governos majoritários *versus* minoritários; governos monopartidários *versus* de coalizão),sistemas eleitorais(majoritários *versus* proporcionais),sistemas partidários(bipartidários *versus* multipartidários) e o sistema

legislativo(unicameralismo *versus* bicameralismo)-teriam pouco a ensinar sobre determinantes da conduta internacional dos Estados.(p.21).

Outrossim, existem três aspectos da teoria liberal, trazidas por Amorim Neto (2011), que condizem com a visão “de baixo para cima”, são elas: Primeiro, “o primado dos atores sociais. Grupos privados e individuais são atores fundamentais na política internacional, atores imbuídos de interesses materiais e ideológicos distintos”. Segundo, “o Estado (ou as instituições políticas) representa(m) um subconjunto da sociedade doméstica, subconjunto a partir do qual os governantes definem as preferências estatais e agem na política mundial”. Terceiro, “diz respeito à interdependência decisória entre as preferências dos diversos Estados que integram o sistema internacional”.

Logo, as Relações Internacionais trazem teorias e conceitos, por meio dos quais é possível compreender os Estados e como se relacionam entre si, possibilitando não apenas saber meramente como funcionam, como também deixar evidente seu posicionamento perante a política externa, bem como, as relações com os outros Estados, facilitando tomadas de decisões, aproximações entre ambos, cooperações e, até mesmo, um afastamento.

Os autores Pinheiro; Milani (2012) trazem uma discussão que faz uma relação entre os tópicos tratados neste capítulo teórico, com a relação que os países possuem com a sua política externa, observando que é visível a “conexão presente entre problemas internacionais e temas de natureza doméstica” (p.16). Isso faz com que os governos estruturam a sua política de acordo com as necessidades internas, visto que “As crises financeiras globais afetam o cotidiano dos cidadãos, a difusão midiática do aquecimento planetário influencia comportamentos no âmbito local, a defesa dos direitos humanos em países distantes mobiliza pessoas de inúmeras nacionalidades” (p.16). Assim, observa-se que alinhar os interesses domésticos com as demandas externas facilita as relações e é primordial para o funcionamento do país, bem como para o bem-estar da população.

## **CAPÍTULO II: RELAÇÃO CABO VERDE-CHINA ATRAVÉS DA POLÍTICA EXTERNA**

### **2.1 Política externa de Cabo Verde**

A população cabo-verdiana resulta da mistura entre os europeus colonizadores e escravizados africanos que deram origem ao povo ‘crioulo’ que representa cerca de 492.000 habitantes sendo 48% homens e 52% mulheres. Com maior concentração na parte urbana (61% da população; 55% em 2005), Santiago é a ilha mais populosa, com mais de 56% dos habitantes (50% em 2005), seguindo-se São Vicente (15%) e Santo Antão (9%; 11% em 2005) (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2010<sup>2</sup>). Entretanto, a taxa populacional de crescimento depende do fluxo migratório que entre 2001-2010, foi entre 1,2% ao ano (cerca de 2,4% em 1991-2000; previsão 2010-2015: 0,9%).

Em relação à política doméstica, Cabo Verde possui um sistema democrático parlamentar, com foco na soberania popular, pluralismo de expressão e respeito aos direitos e liberdade da população, tendo eleições livres para Presidente da República, Órgãos Legislativo e Autarquias. A Assembleia Legislativa organiza as eleições legislativas, a Organização Judiciária é independente do Poder Político e segue apenas a Constituição da República e a Lei, sendo postas pelos seguintes Tribunais: Judiciais, Constitucional, Contas, Militares, Administrativo, Fiscais e Aduaneiros, Família e Trabalho.

No âmbito internacional, o arquipélago tem uma relação de aproximação, tanto a dimensão solidária, como comercial, com os países europeus. As importações cabo-verdianas são majoritariamente da Europa, atingindo aproximadamente 79,6% do total importado, seguido da Ásia/Oceania (10,1%) e da América (6,2%). Portugal lidera como fornecedor, tendo 42% do total, obtendo os bens de consumo como principal categoria econômica. Os dados coletados, através do Boletim de Estatísticas de Comércio Externo, encontrados na página oficial do Instituto Nacional Estatísticas de Cabo Verde demonstram que a Europa tem um histórico de comércio bilateral com Cabo Verde, ocorrendo uma concorrência entre os mercados, disputando a posição de maior fornecedor/receptor do mercado cabo-verdiano.

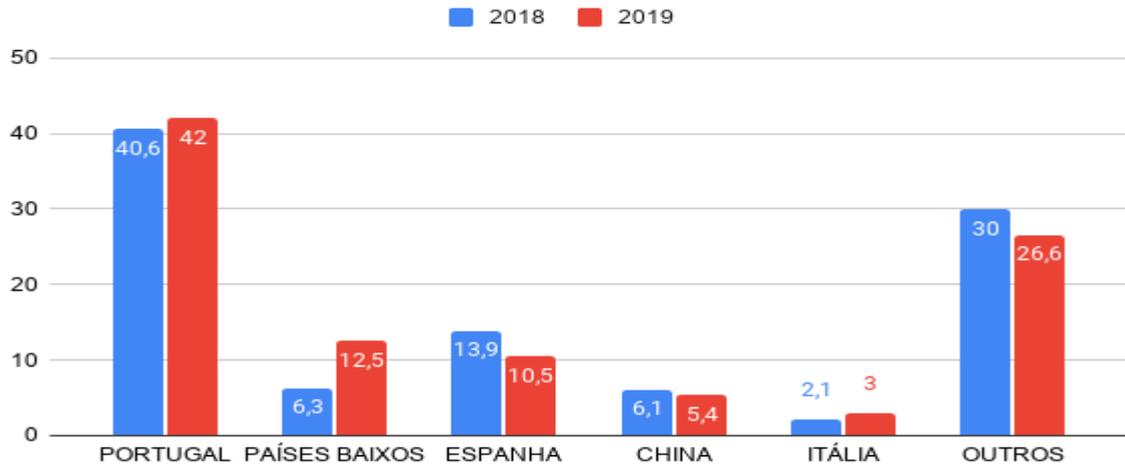
#### **GRÁFICO 01: PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO DE CABO VERDE**

---

<sup>2</sup> Os dados foram retirados do site:< <http://ine.cv/>> Acessado em 04 de outubro de 2020

---

## PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO DE CABO VERDE (%)



FONTE: Boletim de Estatísticas do Comércio Externo- Ano 2019

Cabo Verde utiliza as suas vias marítimas para desenvolver o comércio exterior, tanto as importações quanto as exportações, aproveitando da sua localização estratégica para facilitar o transporte de cargas, dos países parceiros, que variam de acordo com: o container (de um fornecedor para um importador), container personalizados (de vários fornecedores para um só importador) e os containers de grupagem (de vários fornecedores para vários importadores).

A importação de Cabo Verde via marítima é a modalidade mais utilizada para as operações comerciais de mercadorias. Em sua grande maioria, entram pelos portos, internacionais da Praia (Santiago), Porto Grande (São Vicente) e Palmeira (Sal) por possuírem infraestruturas capacitadas para acolher navios de maior porte, sendo que os outros portos nas demais ilhas, servem como ancoradouros domésticos. Em Cabo Verde, existem nove portos (um por ilha), sendo geridos pela empresa pública Enapor - Empresa Nacional de Portos. Por conta do grande fluxo de importação, bem como exportação, o funcionamento da rede portuária registrou melhorias significativas nos portos internacionais.

O Porto Grande (Mindelo-São Vicente) está presentemente bem posicionado para oferecer serviços importantes aos transportes de longo curso e inter-ilhas; em curso estão as obras de ampliação do Porto de Palmeira (Sal) e da Praia [Santiago). Até 2013 o sistema portuário cabo-verdiano estará completamente modernizado e redimensionado, acomodando as exigências de crescimento para os 20 anos seguintes. (CESO Portugal -p 70)

O ponto positivo de investir no país são as facilidades no traslado, pois possui uma posição marítima privilegiada, com portos internacionais, em três ilhas: Santiago, São Vicente e Sal; bem como os aeroportos internacionais Espargos/Sal, Praia/Santiago, Rabil/Boavista. Tendo em conta que os acordos de comércio de Cabo Verde lhe permitem condições de acesso

preferencial aos mercados da União Europeia (Acordo de Cotonou), da CEDEAO (Tratado da CEDEAO), EUA (Acordos SGP e AGOA) e Canadá (Nova Iniciativa para África).

De acordo com o CESO, “ que é uma empresa de consultoria na área do desenvolvimento internacional, que presta serviços de assistência técnica nos vários domínios do desenvolvimento económico, social e organizacional”<sup>3</sup>. Cabo Verde 2018, a liberalização do comércio exterior para Cabo Verde tem sido executada de forma gradual e progressiva, por conta da simplificação dos procedimentos legais, e da adoção de medidas de descontingentação das operações de importação. O objetivo é a aproximação às normas da OMC, em termos de simplificação dos procedimentos e circuitos de registo e licenciamento das operações de comércio externo, cuja publicação ocorreu por meio do Decreto n.º 68/2005, que revê o regime legal em vigor nesta matéria, revogando o Decreto-Lei n.º 51/2003. Com essa reforma, foi definido um quadro liberal em matéria de comércio externo, ou seja, as operações de importação e exportação são livres para os importadores e exportadores devidamente credenciados nos termos da lei.

Cabo Verde é uma República Africana que emancipou, desde 1975. Após a conquista da soberania, o país herdou um quadro de vulnerabilidade socioeconômica resultante de um longo (1460 a 1975) processo de colonização, dominação e exploração portuguesa. À semelhança dos restantes setores, a Política Externa de Cabo Verde começou a traçar os primeiros passos em pleno conflito bipolar, protagonizado pela União Soviética e Estados Unidos da América. O principal foco da política externa cabo-verdiana foi a busca de parceiros internacionais que visassem contribuir para garantir a sua soberania, bem como mobilizar ajudas externas para melhorar as condições socioeconômicas do país, como afirmou Madeira (2016): efetivamente,

A Política Externa de Cabo Verde se baseia nas relações de acordos multi e unilaterais que o país estabelece com outros países. Por ser um país em desenvolvimento, com escassez de recursos naturais, sem produção agrícola e industrial suficientes para suprir as necessidades da população, Cabo Verde precisa, nesse sentido, muito de ajudas externas. (DELGADO; VARELA; COSTA, 2014 apud SILVA; CARDOZO, 2018).

Nesse contexto, cabe destacar que a Política Externa de Cabo Verde se iniciou partilhando os objetivos com a Guiné-Bissau, entre os anos 1975 a 1980. Posteriormente, com a cisão das duas nações, os líderes cabo-verdianos estabeleceram uma nova meta e estratégia

---

<sup>3</sup> < <http://www.appconsultores.org.pt/pt/associados/ceso-development-consultants/#:~:text=A%20CESO%20%C3%A9%20uma%20empresa,desenvolvimento%20econ%C3%B3mico%20social%20e%20organizacional.> .> Acesso em : 20 de novembro de 2020.

para projeção do país no ambiente internacional, entre os períodos de 1980 a 1990 e, após 1991, marcado pela abertura política e mudança de regime monopartidário para multipartidário e, dessa forma se completam os três períodos cronológicos da Política Externa de Cabo Verde (SEMEDO, 2015 e CARVALHO, 2013).

Madeira(2016) traz uma releitura de aspectos da política externa cabo-verdiana, na contemporaneidade, apresentando as seguintes características que, desde sempre, acompanham a Política Externa do país: 1) A posição geoestratégica privilegiada no Atlântico Médio; (2) A estabilidade política e a boa governação; (3) A perspectiva de segurança territorial e o não-alinhamento em blocos ideológicos; (4) O estilo político do cultivo da paz social com reflexo tanto na política interna, como na política externa; (5) A aposta numa diplomacia hábil e de proximidade que se alicerça nos princípios da paz, com o objetivo de contornar os constrangimentos socioeconômicos.

Com sua característica de desenvolvimento pragmático, busca estratégias para se aliar a mercados africanos, bem como a manutenção de seus parceiros comerciais como: EUA e EU, para assim alcançar o desenvolvimento sustentável, além de almejar que haja um maior investimento direto de países estrangeiros.

## **2.2 Política externa da China para com Cabo Verde**

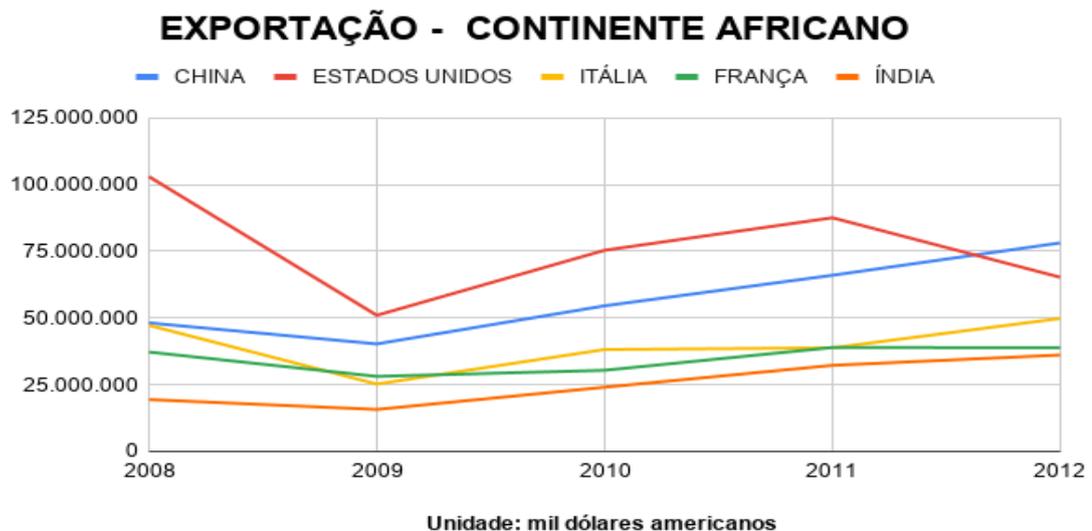
A política externa chinesa tem sido estruturada de modo a não deixar indícios de que possa ser uma ameaça global, almejando colocar a sua civilização em uma posição de maior centralidade, buscando uma ascensão pacífica sem criar confrontos com outros países, repudiando a ideia de uma unipolaridade e a interferência externas dos países em assuntos de cada nação (CUNHA; ACIOLY, 2009). “As diretrizes modernizantes de Deng Xiaoping sempre sinalizaram no sentido da necessidade da constituição de um ambiente externo favorável ao crescimento chinês” (SHIRK; KURLANTZICK; MARTI, 2007 apud CUNHA; ACIOLY, 2009) Com isso, o governo tem adotado três estratégias que se conectam, são elas:

Em primeiro lugar, há a busca de redução dos conflitos com os vizinhos, o que determinou, desde meados dos anos 1980, a restauração ou estabelecimento de relações diplomáticas com diversos países. A China também vem se aproximando, cada vez mais, dos vizinhos da Ásia Central, particularmente de países que pertenciam à antiga União Soviética e são ricos em recursos naturais. Em segundo lugar, há a ampliação na participação em organismos multilaterais regionais e globais, com o país evitando atuar de forma isolada. Por fim, a China vem utilizando seu crescente peso econômico para oferecer alternativas de mercado e fontes de financiamento para parceiros considerados estratégicos. (CUNHA; ACIOLY, 2009)

O principal motivo da China procurar outros países foi justamente sua necessidade econômica em encontrar recursos energéticos, do qual o país sofre de carência. Reforçando esse ideário, Silva e Cardoso (2018) argumentam que “a demanda chinesa por petróleo tem sido tão rápida que se tornou importadora de energia, em vez de exportadora líquida em 1993 e segunda maior importadora de petróleo do mundo, depois dos EUA em 2004” (SILVA; CARDOZO, 2018, p. 05). Entretanto, uniu-se à necessidade de industrialização do país e ao suporte às lutas de libertação, e não se aproximou apenas de países africanos que eram detentores de petróleo, mas também de outros países adquirindo uma relação no período das lutas de libertação que ocorriam no continente.

Segundo Silva e Varela (2020), a relação entre China-África é uma compilação de auxílio com desenvolvimento e comércio, tendo duas relações, cada vez mais fortes, possibilitando um aumento de projetos financiados e empresas chinesas no continente. Na crise de 2008, a relação entre eles se fortificou, visto que a China surgiu como um mercado que comprava produtos africanos, que anteriormente era um mercado dominante dos europeus. A partir de 2009, a China foi um parceiro comercial muito importante para o continente, obtendo um crescimento exponencial perante os Estados Unidos.

**GRÁFICO 02- EXPORTAÇÃO - CONTINENTE AFRICANO**



**FONTE: trademap.org<sup>4</sup>**

<sup>4</sup> LINK DE ACESSO:

<[https://www.trademap.org/Country\\_SelProductCountry\\_TS.aspx?nvpm=1%7c%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c2%7c2%7c2%7c1%7c4%7c1%7c1%7c1](https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c2%7c2%7c2%7c1%7c4%7c1%7c1%7c1)> acesso em 10 de novembro de 2020

Na visão de Pautasso e Oliveira (2008), a relação China-África deve-se ao continente ser produtor de petróleo<sup>5</sup> e gás natural, o que faz relação com aspectos comerciais, político-diplomáticos e econômicos. O gigante Asiático adota uma postura de não intervir em assuntos domésticos, visa a autonomia e soberania dos países, o que torna essa política interessante para Cabo Verde, em especial no âmbito econômico. A realização de investimentos para infraestrutura possibilita o progresso nacional, porém o governo chinês tem duas reivindicações<sup>6</sup> para Cabo Verde: que o país reconheça a China como uma só e cumpra com os acordos bilaterais de comércio exterior, já que, como afirma Da Silva; Varela (2020) ‘‘Para a China é importante estabelecer as relações com Cabo Verde como forma de manter o isolamento internacional de Taiwan’’.

A gênese da relação entre Cabo Verde e China foi amparada no que hoje é conhecido como princípios paradiplomáticos, já que, desde antes da independência, tinham parcerias com o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde –PAIGC, que tinham como objetivos mobilizar ajudas e multiplicar parceiros para a luta armada. Desde então, a China vem expandindo a sua política externa para com todo o Continente Africano, auxiliando, de alguma forma, na independência e aproveitando, assim, para desenvolver relações de aproximação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), recém-independentes, formando, verdadeiramente, uma frente única para lutar contra o colonialismo e o imperialismo, revolucionando o mundo na base da propagação da sua ideologia (MADEIRA, 2017.p 139).

Essa aproximação se deve aos assuntos discutidos na Conferência de Bandung, na qual os países africanos buscavam a independência e o desenvolvimento. Estando presente em um momento crucial para o país insular, a China foi de extrema importância para a articulação da luta armada, destacada pelos autores Silva; Tavares (2020), no seguinte trecho:

Após a independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, as relações com a China formalizam-se. Desta forma, são estabelecidas relações diplomáticas em 25 de abril de 1976. A China figura entre os primeiros países a instalar uma embaixada no arquipélago, embora o embaixador só passasse a ter residência permanente na capital cabo-verdiana a partir de 1985. No sentido oposto, a embaixada de Cabo Verde na China foi inaugurada apenas em julho de 2001. O primeiro embaixador residente foi

---

<sup>5</sup> Petróleo e minério são os destaques da economia africana- <https://novaescola.org.br/conteudo/2336/petroleo-e-minerio-sao-os-destaques-da-economia-africana>

<sup>6</sup> China quer que relação com Cabo Verde seja modelo de “tratamento igual” - <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/09/06/china-quer-que-relacao-com-cabo-verde-seja-modelo-de-tratamento-igual/59925>

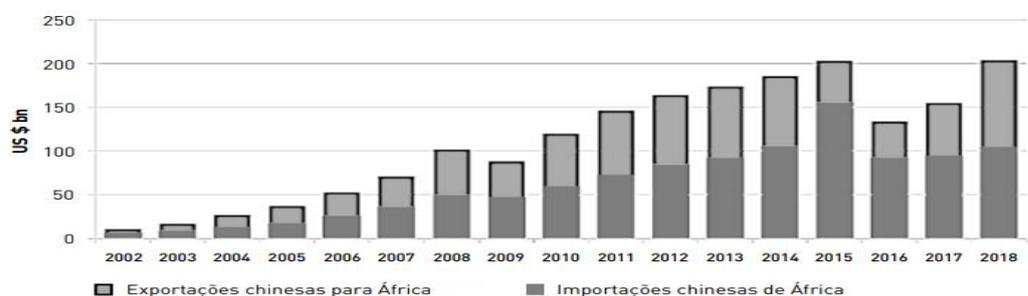
Júlio César Morais. Antes disso, funcionou em Hong Kong um consulado-geral, uma plataforma para a facilitação de negócios. (p. 076)

A China esteve presente em Cabo Verde, desde o processo de independência quando buscava investir em áreas com potencial no continente africano, com o intuito de desenvolvimento, o que resultou no crescimento econômico chinês, por conta das relações comerciais com diversos países (MADEIRA,2017).

A primeira parceria de Política Externa da China e a República de Cabo Verde têm marcos teóricos, após a independência de Cabo Verde com a abertura da embaixada, em Pequim. Os laços foram fortalecidos a evoluir para outros patamares, superando os tradicionais laços políticos e os de cooperação institucional, alargando-se para o campo econômico, comercial, financeiro e empresarial (TAVARES, 2010 p. 120). A princípio, a cooperação tinha como finalidade construir infraestrutura adequada, como também melhorar edifícios existentes no período colonial. Nos termos de Silva e Varela (2020):

Importa referir que nesta altura a China procurava entre os países africanos apoio para o seu reconhecimento internacional. Na ONU, permanecia a República da China, em Taipé, como a única representante da China na comunidade internacional. Em outubro de 1971, no entanto, a Assembleia Geral votou favoravelmente o reconhecimento da rpc. Neste ano, Pequim (Beijing) beneficiou do voto de 16 países africanos, alterando a balança de poderes e o seu estatuto no seio da organização. As relações sino-africanas mantiveram-se num nível modesto, até à forte política de internacionalização da economia chinesa na década de 1990 e, sobretudo, após a viragem do milénio. As estatísticas revelam uma intensificação exponencial das relações bilaterais, muito substancial a partir de 2005-2007, em que a procura de matérias-primas é o principal motivador (gráfico 1)<sup>7</sup>.(p.073)

**Gráfico 1** > Comércio China-África



Fonte: China-Africa Research Initiative, 2019. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>.

O autor Pedro Tavares (2010) divide o processo de política externa entre Praia e Pequim, em três níveis, devido a fatores econômicos, sociais e políticos, estes são: “1ª Fase: 1976- 1990; 2ª Fase: 1991- 2005; e a 3ª Fase: de 2006 à atualidade” (p. 120).

<sup>7</sup> Gráfico I pode ser encontrado no artigo intitulado **O quadro de cooperação sino-cabo-verdiano na era de Xi Jinping** dos autores **SILVA e TAVARES (2020)**.

Na primeira fase, consta que desde a década de 80 a China vem investindo em Cabo Verde, a começar pela infraestrutura, onde construiu a Assembleia Nacional e o Palácio do Governo. A partir disso, vem intensificando a cooperação entre os dois Estados, privilegiando as áreas de saúde, enviando equipes médicas regularmente para prestar assistência à população. Na segunda, retrata as conjunturas internas e externas políticas de ambos, sofrendo um impacto na política externa “eleições democráticas em Cabo Verde, as revoltas de Tiananmen, o fim da Guerra Fria e o fenómeno da globalização” (p.121) impulsionaram uma nova relação entre as partes. Com a reforma econômica que houve na China, no final dos anos 70, tornou-se cada vez mais influente, o que refletiu na política externa, fazendo com que aproximasse suas relações com países da sub-região da África e latino-americanos, com foco em desbravar novos mercados e matéria-prima.

Um importante marco foi em 1995, quando o presidente chinês Jiang percebeu que o crescimento econômico do país estava propício para que as empresas chinesas internacionalizassem, tendo o continente africano como destino e, conseqüentemente, com o passar do tempo a população chinesa crescia no país resultando nas relações comerciais e econômicas simultaneamente. Na terceira fase, o autor argumenta que, embora o país tenha poucos recursos naturais, a China tem investido no arquipélago, tendo em vista que o que mais se preza no âmbito internacional atualmente é a questão da segurança. Nesse aspecto, o país insular ganha em relação aos demais países africanos, tendo sua democracia consolidada e com uma localização estratégica geográfica. Esses aspectos, trazidos pelo autor Tavares (2010), aguçaram o interesse chinês, uma vez que o país visa a uma escala internacional. Cabo Verde é o ponto estratégico, visto que tem relações comerciais com vários países, reafirmando sua posição geopolítica e geoestratégica perante o mundo.

Pedro Tavares (2010) afirma que nos dias atuais os recursos naturais não são a única forma de desenvolver-se e afirmar-se no mundo, mas ter a capacidade de formar-se, saber fazer e saber integrar-se no mundo globalizado. Essa fala do autor é um indicativo do porquê a China interfere na cultura de Cabo Verde, através da educação, por ter o pensamento de que deter o conhecimento impulsiona a almejar o crescimento e desenvolvimento do país.

Após a Guerra Fria, a China deu início a uma política externa ambiciosa, principalmente no que tange à captação de Investimentos Externos e recursos naturais necessários para que houvesse crescimento, com o objetivo de se introduzir no continente africano por diversos meios e em diferentes setores que não estejam apenas ligados à extração do petróleo “mas também na construção civil, telecomunicações, maquinarias, sector mineiro, pescas,

transportes, saúde, educação, indústria, comércio, etc’’(TAVARES,2010,p.80). Devido aos embargos econômicos e isolamento político, por parte dos países ocidentais, a nação chinesa remanejou sua diplomacia para o continente africano, principalmente, e para países menos desenvolvidos, procurando aproximar as relações no âmbito da educação e economia. De acordo com Tavares (2010)

Em concomitância com o aumento do investimento chinês em África proliferavam o ciclo de assinaturas de acordos bilaterais de caráter comercial, cultural e a promoção e proteção de investimentos com vários países, viabilizando assim os investimentos e uma maior abertura do mercado aos produtos chineses.

Através de encontros realizados por seus representantes, entres os anos 2004 e 2006, houve variação de cooperação, bem como reforço em certas áreas como: “turismo; infraestruturas; telecomunicações; têxteis; comércio; empréstimos concessionais; *joint-ventures*; elevação do *credit rating* de Cabo Verde; reforço da cooperação na área de educação e um aumento considerável do volume dos projectos pipeline’’ (TAVARES,2010. p.123).

Para relatar sobre as parcerias e tipos de investimentos entre os países Tavares (2010) traz uma série de feitos:

Enquadrado na política de diversificação das parcerias e da elevação da cooperação, o relacionamento entre Praia e Pequim, a partir de 2006, evolui dos tradicionais laços políticos de amizade e solidariedade para o domínio económico-comercial, científico-tecnológico e empresarial, militar e financeiro, que se traduziram na assinatura de vários acordos de financiamento de infra-estruturas e empréstimos concessionais, visitas de missões empresariais, entidades oficiais, etc. (TAVARES, 2010. p. 123)

Diante disso, percebe-se que os primeiros argumentos do autor resgatam as ideias de segurança como fatores importantes para definir com quais países cooperar. A política doméstica é importante para definir os caminhos da diplomacia, por isso Cabo Verde vem aproveitando da estabilidade política interna e da credibilidade dos seus parceiros para estabelecer relações com o máximo de países possíveis, para ajudar no processo de desenvolvimento e superar as limitações. Neste contexto, sendo a China uma das potências econômicas no cenário global, é importante expandir as suas áreas de influências, através do seu *Soft Power*, o que torna Cabo Verde um interessante parceiro, já que possui fronteira marítima, aérea estratégica e uma boa relação comercial, não só com países de três continentes e acesso fácil a esses mercados.

## CAPÍTULO III: SOFT POWER CHINÊS NA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

### 3.1 Soft Power Chinês

As características da política externa da China dialogam com sua estratégia de *soft power*, com o intuito de adentrar, de maneira pacífica, no cenário internacional, buscando o reconhecimento e proliferação cultural. Segundo Rosa (2015), existem pilares na política externa chinesa que os definem e regem suas atitudes referentes a outros países, mas também é um reflexo de sua política interna, são eles: “manter a integridade territorial, ser reconhecido pela comunidade internacional como o único governo chinês, promover o desenvolvimento econômico do país e aumentar seu prestígio no cenário internacional” (p.24).

As literaturas evidenciam que a China busca ascensão pacífica no cenário internacional amparada nos pilares da sua política externa, principalmente na ideia de aumentar seu prestígio internacional, não só da sua capacidade econômica, mas também estimular o universo a apreciar a cultura chinesa. No Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China possui o tópico ‘Estrada de desenvolvimento pacífico da China’, onde podem ser encontrados conteúdos, tais como, ‘O desenvolvimento pacífico é o caminho inevitável para a modernização da China’:

Paz, abertura, cooperação, harmonia e ganha-ganha são nossa política, nossa ideia, nosso princípio e nossa busca. Seguir o caminho do desenvolvimento pacífico é unificar o desenvolvimento interno com a abertura ao mundo exterior, ligando o desenvolvimento da China ao do resto do mundo e combinando os interesses fundamentais do povo chinês com os interesses comuns de todos os povos. A China persiste em sua busca pela harmonia e desenvolvimento internamente, enquanto busca a paz e o desenvolvimento externamente; os dois aspectos, intimamente ligados e organicamente unidos, são um todo integrado e ajudarão a construir um mundo harmonioso de paz sustentada e prosperidade comum.

A autora Corkin (2014), numa entrevista, apresenta argumentos que visam demonstrar o *soft power* na relação entre China-África, percebendo que a China vem influenciando o continente, através da economia, por meio do FOCAC (Fórum de Cooperação China-África), o qual está, cada vez mais, tornando-se marcante, uma aliança entre ambos. Diante dos interesses chineses de fazer frente às grandes potências, o governo chinês tem tentando, por meio da sua diplomacia, estreitar laços com os países do Sul global, induzindo-os a apoiar possíveis votos a um determinado cargo na ONU, por exemplo. Nesse aspecto, reforçando o sentido de poder brando chinês, Tremblay(2007) *apud* Duarte(2012) entende que o, “uso que a China faz do *soft power* busca aumentar a consciência das intenções de seus líderes e convencer a

comunidade internacional da natureza pacífica da sua emergência e das oportunidades que representa para seus parceiros”.

A prática da diplomacia Chinesa assemelha-se aos princípios da Cooperação Sul-Sul (CSS) surgiu com a finalidade de fortalecer os países em desenvolvimento, no âmbito do comércio entre o grupo, promovendo a cooperação econômica, com o objetivo de reduzir as desigualdades existentes perante os países do Norte. A China, como parte da CSS, realiza suas cooperações majoritariamente, de forma vertical, buscando o crescimento e desenvolvimento, seguindo os Princípios da CSS que estão equiparados com a sua maneira de pôr em prática o *soft power*. A Conferência de Bandung<sup>8</sup> foi o resultado da união de países em desenvolvimento com o propósito de promover uma mudança nas relações internacionais, enraizado em seus Estados para romper a imposição vertical que sofriam do Norte e, assim, adotar medidas que impulsionassem o desenvolvimento e a afirmação identitária.

Lallande e Maya (2015) identificaram que, após a Conferência de Bandung, a China orquestrou uma série de colaborações com o continente africano, tendo em mente uma de suas maiores finalidades no âmbito da política externa que era a ocupação de Pequim na ONU. Com isso, colocava o *Soft Power* em prática, realizando assistências técnicas e financeiras a outros países, persuadindo, de maneira branda, para assim ampliar seu leque político e diplomático. Os autores trazem uma constatação bastante relevante no que diz respeito à forma de cooperação chinesa, quando, em 1963, foi constatado através de relato<sup>9</sup> que as convicções principais eram realizá-la de maneira justa, contendo benefício mútuo e respeito à soberania, reafirmando o seu *soft power*, a China criou um documento que destaca:

Olhando para a história, baseando-se na realidade presente e olhando para o futuro, a China seguirá inabalavelmente o caminho do desenvolvimento pacífico, envidando grandes esforços para alcançar um desenvolvimento pacífico, aberto, cooperativo e harmonioso. Esforçar-se por um ambiente internacional pacífico para se desenvolver e promover a paz mundial por meio de seu próprio desenvolvimento; Conformer-se com a tendência da globalização econômica e se esforçar para alcançar um desenvolvimento comum mutuamente benéfico com outros países; Apostando na paz,

---

<sup>8</sup> “ A Conferência discutiu interesses políticos acerca do tópico da descolonização, repudiando toda forma de colonialismo e imperialismo. Marcou a presença política dos países do Terceiro Mundo no cenário internacional do pós-II Guerra e levou à formação do Movimento dos Países Não-Alinhados, bloco alternativo aos liderados pelos EUA e pela URSS.” Acesso em < <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/639-funag-lanca-cadernos-do-chdd-n-26> >

<sup>9</sup> “De esta forma, en dicho año y en el marco de una gira de trabajo por África, el premier Zhou Enlai señaló que la equidad, el beneficio mutuo, la no condicionalidad y el respeto a la soberanía conformarían los elementos clave de dichos principios, disposiciones que, como se ha visto, coinciden plenamente con los lineamientos normativos de la cooperación multilateral conferida por la onu y de la propia css” p.71 LALLANDE; MAYA. **El soft power del dragón asiático: la ayuda externa china como instrumento de política exterior**- Política Exterior China: relaciones regionales y cooperación. México/Primera edición, 2015.

no desenvolvimento e na cooperação, e, juntamente com todos os outros países, dedicando-se à construção de um mundo harmonioso, marcado pela paz sustentada e pela prosperidade comum.(CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD. 2005)

Por outro lado, acredita-se que as ideias das autoras e do próprio documento chinês são pouco metafóricas tendo em vista que um parceiro gigante como a China, dificilmente os países mais fracos conseguiriam barganhar de forma igual e ter os mesmos benefícios. Na verdade, as ideias das autoras ilustram nitidamente como o *Soft power* chinês tem se comportado na senda internacional. Uma Diplomacia maquiada de solidariedade e benefícios mútuos e a não ingerência na soberania dos colaboradores, que na verdade são estratégias em longo prazo, com benefícios desiguais.

A política da ascensão pacífica, elaborada de Hu Jintao, distingue o seu governo do anterior, bem como deixa claro que a visão da China, como ameaça global, estava equivocada e não fazia parte da sua ideologia de governo, reiterando que tinha como propósito o desenvolvimento econômico, de forma sustentável, sempre respaldado em seu crescimento doméstico, na cooperação e no comércio internacional. Um grande passo que contribuiu para reforçar a política externa chinesa e ser vista internacionalmente, como parceiro econômico, foi o compromisso firmado com a OMC, em 2001, que possibilitou o alcance da comunidade internacional e a homogeneização de sua própria economia.

A China intensificou sua política externa para que pudesse suprir as necessidades por conta das demandas oriundas do crescimento econômico que, conseqüentemente, ampliou o consumo de matérias-primas e energia que, geralmente, grande parte vem do continente africano. Segundo o autor Maya (2015), a África estaria sendo disputada entre a Índia, EUA e China, configurando uma nova guerra fria, já que ambos os países são parceiros comerciais do continente e ficavam na retaguarda, em relação às atitudes de cada país. No caso da China, fortaleceu a parceria com a transição política africana que sucedeu na União Africana, a qual foi perspicaz, em aderir seus interesses, resultando na participação e reconstrução da infraestrutura e países assolados pela guerra. Já a Índia é uma preocupação para a RPC porque tem influência no Oceano Índico, estava desenvolvendo sua força naval, criando acordos de defesa com países africanos e convencendo algumas ilhas do continente a cooperarem com a inteligência e vigilância marítima. E os EUA criou a Africom, com o intuito de resgatar o prestígio perdido tendo como objetivo beneficiar interesses dos EUA. Entretanto, essa atitude não foi aceita pelos países africanos e, na visão chinesa, foi considerada uma ação semelhante à guerra fria.

A China utilizou o *soft power* como método ao seu alcance para adentrar em outros países, fazendo com que percebessem que, no caminho mais adequado a ser seguido, são usadas a inteligência e a pacificidade, ao invés da guerra. Utilizando o poder brando, como política externa, para que, em longo prazo, pudesse alavancar suas formas de cooperação, bem como ter um lugar centralizado, perante a ordem internacional. O mar é uma das vertentes de interesse do *soft power* chinês, fazendo uma ligação com o interesse da China em Cabo Verde, por conta da sua posição geoestratégica, em relação ao mar, o que possibilita cooperação com diversos países. Assim, a RPC demonstra interesse em intensificar sua importação com o petróleo, exportação de hidrocarbonetos e peixes variados, através do mar, bem como garantir o acesso à rota por mar aberto (DUARTE,2012).

### **3.2. Importância da Educação em Cabo Verde**

A educação, em Cabo Verde, sempre foi vista como um setor estratégico para promoção do desenvolvimento. Desde a criação do Ministério de Educação de Cabo Verde as políticas educacionais desenvolvidas têm o objetivo de impulsionar uma educação de qualidade de modo a formar capital humano que visa garantir as transformações sociais no país. À semelhança dos restos dos setores, a área de educação é limitada no arquipélago, por isso o governo vem estabelecendo parcerias com diversos países, para promover um intercâmbio dos seus estudantes, ou oportunidades de frequentar o curso superior, de forma parcial e integral, fora do país.

A diplomacia educacional é um dos pontos fortes da Política Externa Caboverdiana. Desde o fim do período colonial, o país buscou na educação uma forma de desenvolvimento e afirmação identitária, e assim tem sido até os dias atuais, quando o Ministério procura aprimoramento e abrangência, para que toda população possa se beneficiar. Nas palavras da ex-Ministra da Educação e Ensino Superior, Vera Duarte Lobo de Pina (2009), “entre muitos desafios assumidos, com a independência do país em 1975, a Educação, enquanto aposta estratégica, constituiu-se na prioridade das prioridades face a uma população de 275.613, no ano de 1979 em sua maioria analfabeta (63%) (p.376)”.

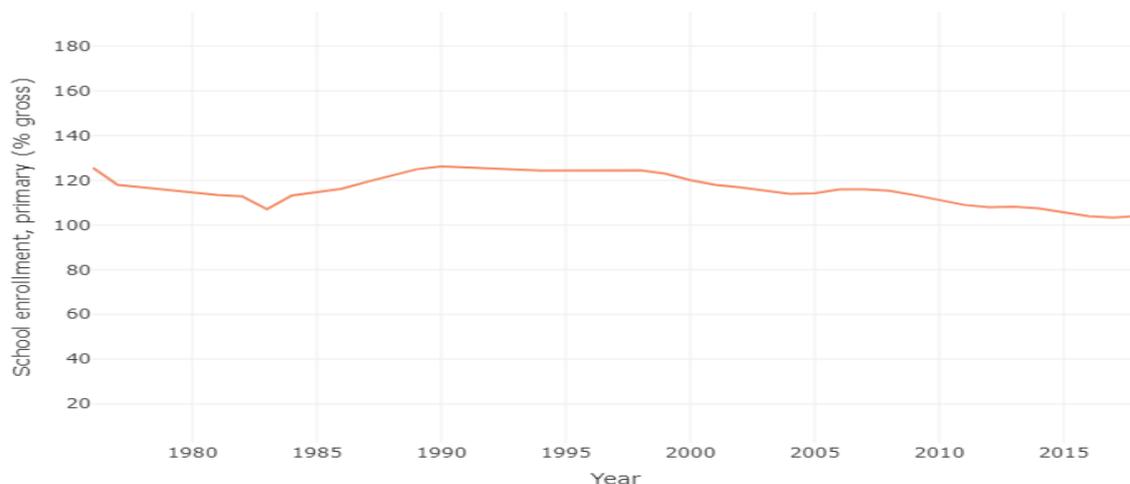
As diretrizes do Ministério de Educação de Cabo Verde, afirma que tal ministério é uma estrutura de apoio as políticas nacionais direcionadas aos sistemas educativos e científico e tecnológico, de modo a responder aos desafios de desenvolvimento de um sistema de educação e ensino de qualidade, centrado no sucesso escolar, na excelência do modelo de aprendizagem, na promoção e qualificação dos cabo-verdianos e no reforço da ciência e da tecnologia, enquanto eixos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde. Ainda salienta que a missão desse departamento governamental é definir, executar e avaliar a política nacional do sistema educativo, para a educação pré-escolar, os ensinos básico, secundário e técnico, a educação

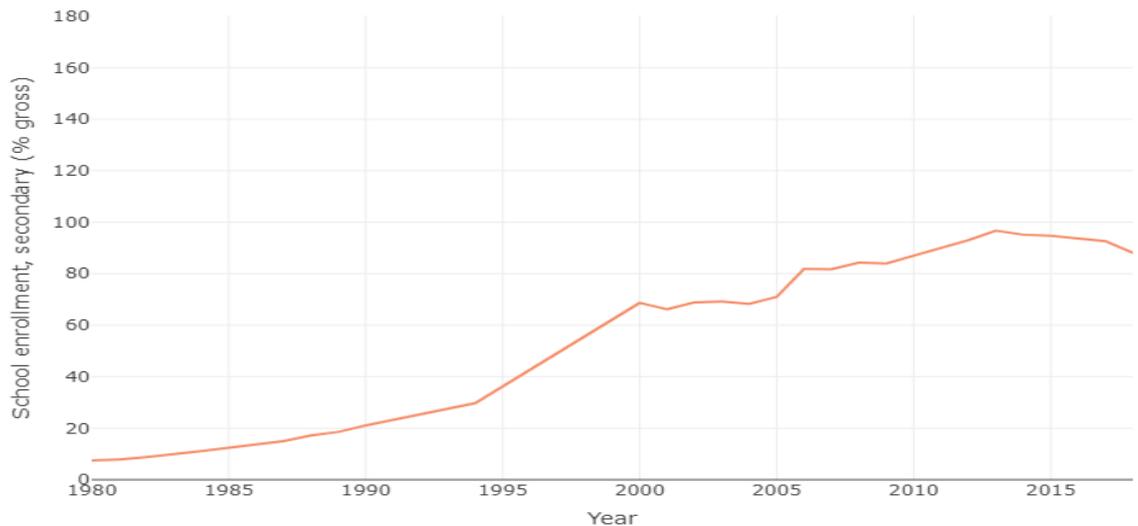
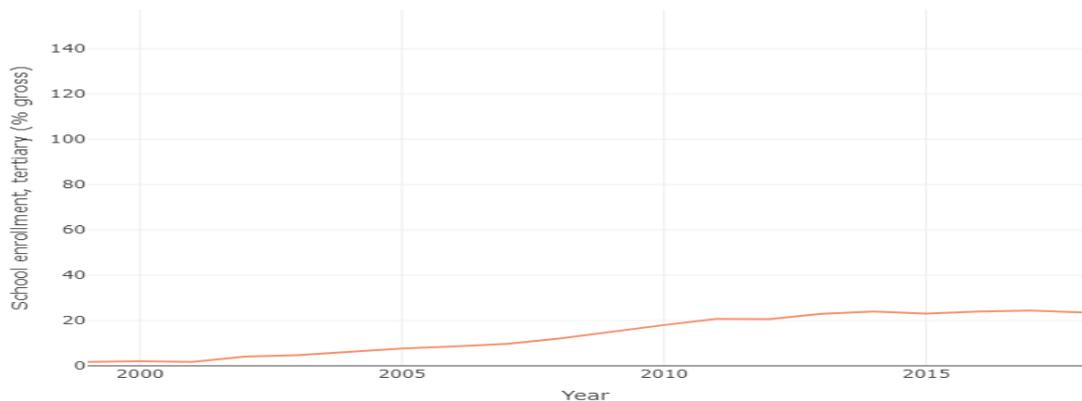
extraescolar, o ensino superior, a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, bem como a ação social escolar. O departamento tem por missão definir, executar e avaliar a política nacional do sistema educativo, para a educação pré-escolar, os ensinos básico, secundário e técnico, a educação extraescolar, o ensino superior, a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, bem como a ação social escolar (MECV, 2021).

A título de , o Art. 74 determina que é função do Estado promover “uma política que visa a progressiva eliminação do analfabetismo, a educação permanente...” (Art. 74,1) na base de dados QOG(The *quality of government institute*) possuem gráficos que demonstram como as taxas de analfabetismo foram diminuindo, ao longo dos anos, seguindo minimamente os preceitos presentes na Constituição de 1992 ,bem como, “fomentar o ensino, a cultura, a investigação científica, a divulgação das novas tecnologias e a difusão da cultura caboverdiana no mundo” (Constituição de 1992, Art.7º).

Como demonstram a matrícula bruta nos gráficos 03, 04 e 05. A escola primária apresenta uma crescente mais linear entre os anos 1980 e 2015, quando a alfabetização da população era considerada importante pelo governo. Já na escola secundária é perceptível o avanço exponencial entre os anos de 1980 e 2015. Nesse momento, as matrículas cresceram significativamente, demonstrando o empenho do governo em adotar estratégias para que sua população jovem/adulto obtivessem o grau maior de educação. Na escola terciária reflete que o governo priorizou o ensino primário e, também, o secundário, visto que não havia recursos para o investimento no ensino terciário, obtendo assim ajuda de países estrangeiros para que Cabo Verde tivesse avanço nessa área.

**GRÁFICO 03 - MATRÍCULA ESCOLA, PRIMÁRIA(%BRUTO)**



**GRÁFICO 04-MATRÍCULA ESCOLA, SECUNDÁRIA (%BRUTO)****GRÁFICO 05-MATRÍCULA ESCOLA, TERCIÁRIA(%BRUTO)**

Os gráficos acima representam a proporcionalidade dos números de estudantes matriculados no ensino primário (fundamental), secundário (médio) e terciária (ensino superior). Nota-se que a educação primária teve oscilação entre aumento e declínio, enquanto que o ensino médio e o ensino superior, no país, desde as suas fases de criação, estiveram sempre em ascensão.

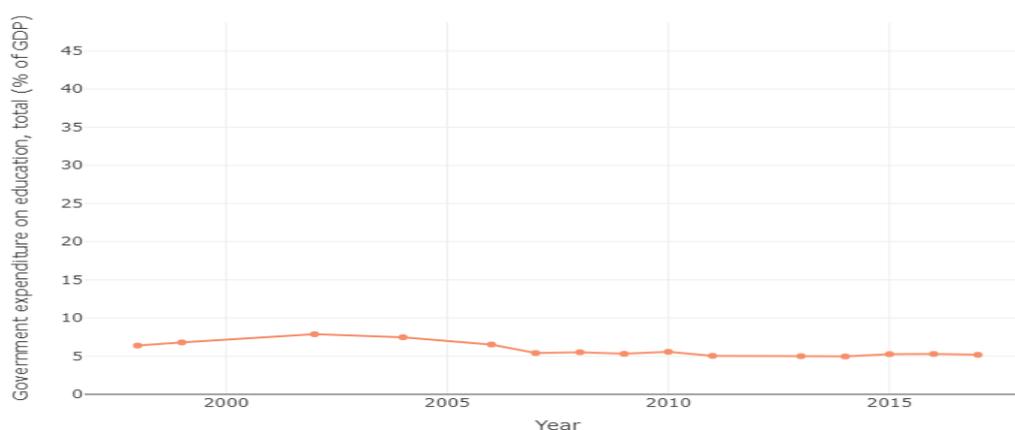
No âmbito da participação de Cabo Verde, no Encontro Internacional de Educação para Todos- Dakar (2000), foram elaboradas as principais bases de educação no âmbito nacional, tais como: Plano Nacional de Educação Para Todos (PNEPT) (2002), Plano Estratégico para a Educação (PEE) para o período 2002-2010 (2003). Como traz o autor Moura (2009) “(PNET) insere-se, por um lado, no âmbito do marco de ação de Dakar: cumprir com os nossos compromissos, cujo objetivo é alcançar os objetivos da educação para todos e, por

outro lado, nas políticas educativas nacionais, nomeadamente as GOP nas quais a educação é considerada um fator de desenvolvimento, integração e inclusão social” (p.174).

A autora Pina (2009) descreve como a educação é de grande importância para o governo cabo-verdiano, crescendo gradativamente o empenho e esforços para que, cada vez mais, sua população tenha acesso à educação, entendendo que:

[...] o engajamento e o comprometimento com a Educação e com o futuro de Cabo Verde é cada vez mais uma exigência e um imperativo nacional. Por isso, existe a consciência clara de que o desenvolvimento de Cabo Verde passa, necessariamente, por um ensino e uma formação profissional cada vez mais de qualidade, alicerçados em novas tecnologias, competitivos e modernos, capazes de permitir ao jovem cabo-verdiano de hoje e também às próximas gerações, conhecimentos que servem de motor do desenvolvimento pessoal bem como do país, e de instrumento de progresso e de competitividade, em Cabo Verde e no mundo, sobretudo agora que o país integra o grupo de Países de Rendimento Médio. (p. 383)

**GRÁFICO 06-DESPESAS DO GOVERNO COM EDUCAÇÃO, TOTAL (% DO PIB)**



Com a Lei de Bases de 1990 e o Decreto-Legislativo de 2010, notamos dois momentos na educação cabo-verdiana: no primeiro, nota-se o objetivo de fazer com que a educação em Cabo Verde possibilite ao cabo-verdiano uma maior vinculação sentimental com o seu país. Para isso, no sistema educacional dever-se-ia abordar questões nacionais, visando evitar que a realidade local fosse desconhecida pelos nativos. Com o Decreto-lei de 2010, o movimento é outro: neste caso, tenta-se aprimorar o sistema educacional ‘espelhando-se’ no que acontece nesse campo no cenário global. O foco no capital humano é um exemplo desse movimento. (DELGADO; MELO, 2016, p. 47).

Em uma publicação feita pela OCDE/library CABO VERDE 2017 traz que o país, desde a independência, busca sempre o melhor para sua população, mesmo havendo limitações, pontuando que:

Segundo as últimas estimativas disponíveis (2015), a taxa de alfabetização nacional para os jovens com idade superior a quinze anos atingiu 92.5% para homens e 84.7% para as mulheres. Quando analisamos os dados de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, os números são mais elevados: 98.1% para os homens e 98.6% para as mulheres. Em 2013, as despesas públicas em educação representavam

14.6% do orçamento do Estado. Um grande desafio reside na qualidade e na adequação da educação e no elevado nível de desistências e repetições. Outra área de preocupação reside no custo para as famílias da educação, com o acesso de crianças de famílias pobres a ser particularmente afetado. Existem também disparidades regionais a nível de educação, com a taxa líquida de matrícula no ensino primário a não atingir 90% em alguns concelhos. (p.11)

Tanto o gráfico de despesas, quanto a publicação feita pela OCDE/library CABO VERDE 2017, demonstram que, mesmo o país possuindo limitações quanto ao PIB ‘em 2016, a economia cabo-verdiana começou a apresentar sinais de recuperação, registando um crescimento do PIB de 3.2%, prevendo-se que esta tendência continue ao longo de 2017 e 2018, com taxas de crescimento do PIB de 3.7% e 4.1%, respectivamente”(p.2). Essa situação, consequentemente, reflete também na educação, já que é uma área que o governo considera importante para o desenvolvimento do país.

### **3.3. Diplomacia educacional entre Cabo Verde e República Popular de China**

A política educacional é constituída por uma série de medidas que são planejadas, construídas e que devem ser postas em prática pelo governo, tendo como objetivo garantir o desenvolvimento e o direito à educação. Tavares (2010) reflete que os recursos naturais não são mais vistos atualmente como a única maneira de promover o desenvolvimento e a afirmação de um país, sendo levado em conta, também, o conhecimento que possibilita a formação, o saber fazer e se integrar no mundo globalizado. Este pensamento do autor é um indicativo do porquê a China coopera com Cabo Verde, também pelo âmbito da educação, por ter o pensamento de que deter o conhecimento pode ocasionar no alcance de altos patamares.

O país insular passou por profundas transformações em todos os aspectos, mas a educação foi considerada prioritária, visando ao desenvolvimento e à confirmação da identidade da nação cabo-verdiana ,bem como está presente do Artigo 9º ,objetivos e princípios gerais do sistema educativo: ‘ A educação deve basear-se nos valores, necessidades e aspirações coletivas e individuais e ligar-se à comunidade, associando, ao processo educativo, os aspetos mais relevantes da vida e da cultura cabo-verdiana.’’<sup>10</sup>

Mesmo após a independência, Cabo Verde levou 15 anos para implementar o sistema democrático, algumas características do modelo colonizador português persistiram na estrutura política, bem como, a língua oficial do país, até o presente momento. Entretanto, a importância

---

<sup>10</sup>[https://minedu.gov.cv/media/orientacao/2020/10/06/Decreto-legislativo\\_n%C2%BA\\_13\\_2018\\_LBSE.pdf](https://minedu.gov.cv/media/orientacao/2020/10/06/Decreto-legislativo_n%C2%BA_13_2018_LBSE.pdf)

era frisar os aspectos específicos da cultura cabo-verdiana e continuam lutando para que o crioulo seja oficializado como língua. A autora Andrade (2008) traz que “vive-se uma forte projeção do *soft power* chinês no continente, também, por meio da abertura de Institutos Confúcio que funcionam como centros de estudos chineses e de ensino do mandarim” (p.35).

Existem diversos acordos realizados no âmbito jurídico entre Cabo Verde e China, ao longo dos anos, e foram elencados pelo autor Tavares (2010), são eles:

Acordo de Cooperação Económica e Técnica, assinado em 1977; Acordo Cultural, assinado em 1982; Acordo de Promoção e Protecção de Investimentos, assinado em 1998; Acordo Comercial e Cooperação Económica, assinado em 1999; Acordo Geral de Cooperação no Sector da Defesa, assinado em 2007; Acordo de enquadramento Sobre a Concessão do Empréstimo Concessional, assinado em 2008; Acordo de Comissão Conjunta de Cooperação Económica, Comercial e Técnica, assinado em 2009; e o Acordo de Cooperação na Área de Património Histórico, assinado em 2009.”(p. 122)

Devido a sua transição pacífica na trajetória da libertação que ocorreu sem violência popular e com resistência ao regime português, Cabo Verde se diferenciou na maneira de atuar, referente a como ocorreu esse processo com outros países africanos, utilizando a lógica administrativa, deixando evidente que ,segundo Baker(2006), “A facilidade com que o poder foi transferido, com governos derrotados e seus partidários aceitando o veredicto do eleitorado, foi um dos mais notáveis indicadores de maturidade democrática de Cabo Verde”<sup>11</sup>(p.6), a qual tem como objetivo garantir a estabilidade e a segurança. É importante observar que Rosa (2015) analisa que a questão da segurança tem importância para China, principalmente quando o assunto é cooperação, juntamente com questões econômicas.

Analizando a fala de Tavares (2010), a qual se refere à construção do conhecimento como algo de extrema importância, no âmbito de globalização, o aumento de investimentos em educação e projetos de estudos reafirmam que, através da mesma, e conseqüentemente a produção do conhecimento, a globalização está sendo elevada a um patamar, no qual não só as riquezas naturais importam. O autor ainda traz um dado fornecido por um diplomata, que preferiu não ser identificado, de que” *pipeline* de empréstimos concessionais, comerciais e de investimentos, no ano 2009, era de aproximadamente 240 milhões de dólares” (p. 125).

---

<sup>11</sup> “The ease by which power has been transferred, with defeated governments and their supporters accepting the electorate’s verdict, has been one of the most striking indicators of Cape Verde’s democratic maturity” **Baker, B. (2006) Cape Verde: the most democratic nation in Africa?. Journal of Modern African Studies, volume 44 (4): 493-511.**

Com a sua ascensão econômica, em nível mundial, a China começou a promover sua imagem através do *soft power*, oferecendo bolsas de intercâmbio, com foco no continente africano e na América Latina. E, assim, criou o Instituto Confúcio com o intuito de promover a língua e a cultura chinesa, pelo mundo. A relação no campo da educação entre Cabo Verde e China começou com a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, em maio de 1982. Com o objetivo também de realizar intercâmbios em ambos os lados de estudantes, professores e especialistas com bolsas de estudo, tendo a validade do acordo de cinco anos, passível a renovação.

No começo os estudantes não se interessavam muito em estudar na China e eram disponibilizadas 4 bolsas por ano. A partir da década de 90, os estudantes começaram a ter mais interesse e o número de bolsas também aumentou, em 2006 passou a ser 12 a 15 por ano, em sua maioria de licenciatura. Segundo Tavares, com o novo Acordo Cultural (2009) para o quadriênio 2009/12, as bolsas a serem concedidas aos estudantes cabo-verdianos passaram para 20, com destaque para a pós-graduação, sendo fixadas apenas 3 para licenciatura. O dito Acordo encoraja ainda o estreitamento das relações entre as Universidades dos respectivos países e a troca de delegações. Foi precisamente, a partir do Fórum Sino-Africano de 2006, que o governo chinês passou a duplicar o número de bolsheiros africanos nas universidades chinesas de 2.000 para 4.000 (p. 135).

Ainda falando de educação, mas agora de chineses em Cabo Verde, é previsto que se envie voluntários para ensinar mandarim na Universidade Pública de Cabo Verde. Tavares (2010) mostra dados fornecidos por uma fonte no Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre alunos que foram estudar na China: “no ano lectivo 2007/08, foram para a China 38 bolsheiros (27 licenciaturas e 11 mestrados), 2008/2009 18 (10 licenciaturas, 7 mestrados e 1 de doutoramento), 2009/2010 e 2010/2011” (p. 135). Tratando-se de estágio de curta duração, foram 41 estagiários nas mais diversas áreas. Adentrando no aspecto de infraestrutura, o governo chinês financiou a construção de três escolas secundárias, sendo que duas foram a partir do Cimeira Sino-Africana de 2006, as quais fazem parte de um acordo multilateral no qual estavam presentes 49 países africanos que estavam na Cimeira, que tinham como objetivo construir 50 escolas rurais. Além disso, o programa Mundo Novo tem o objetivo de distribuir 150 mil computadores aos diferentes níveis de ensino, este feito é financiado pela República Popular da China, entretanto, está sendo desenvolvido pela NOSI (Núcleo Operacional da Sociedade de Informação) e HUAWEI (Huawei Technologies), com a visão de que professores e alunos tenham acesso à internet e que seja através da rede do Estado.

## CONCLUSÃO

Durante a pesquisa, constatou-se que a relação entre Cabo Verde e China se sustenta há muitos anos, na qual cada país busca alcançar seus objetivos. Por meio da educação, Cabo Verde enxergou a possibilidade de crescimento e de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, da população. Apesar das dificuldades financeiras, para que fossem feitos investimentos na área, optou-se em dar prioridade ao ensino primário e ao secundário, focando na alfabetização dos habitantes. Embora não tenha sido possível adquirir documentos e dados vastos, a pesquisa buscou compreender qual é o diferencial na cooperação entre os países e se houve algum interesse por trás de tal conexão entre ambos.

Por meio de uma entrevista à Tribuna de Macau<sup>12</sup>, jornal que está há 38 anos a serviço de Macau, verificou-se que Ana Lima Barber- que preside a agência pública TradeInvest, uma agência criada em 2016, com a finalidade de atrair investimentos para Cabo Verde, através da promoção do turismo - afirma que Cabo Verde é a “ aposta da China para África”, na qual a mesma tem como objetivo “ Promover a imagem de Cabo Verde em nível internacional, atrair investimento de qualidade e trabalhar na promoção da exportação”, bem como abordar “ as metas e intenções para incrementar o desenvolvimento turístico e a diversificação económica, salientando ainda as vantagens de um país.”.

É preciso compreender que o interesse da China no Sul Global vai de encontro com a expansão de seus acordos e parcerias com esses países, formando uma teia de cooperação e, conseqüentemente, possíveis aliados, mesmo a China se declarando um país comunista, pois foi através de meios capitalistas que a sua ascensão e expansão instauram-se perante o mercado.

Por fim, cabe destacar que Cabo Verde é um arquipélago com rotas marítimas que ligam a Europa, a Ásia e a América do Sul, para além da relação de importação e exportação. Em ambos os países existe um aspecto central, com ênfase na educação, no qual buscou-se compreender, ao longo da pesquisa, já que a China preza e valoriza a sua cultura e a sua identidade. Logo, investir na área de educação, em Cabo Verde, vai de encontro à relevância dada a essa questão, o que evidencia não apenas a cooperação entre ambos os países, através da educação, mas a visão da República Popular da China em difundir a sua identidade e a sua cultura, através do mandarim. Como traz Hubbert (2014, p.332):

---

<sup>12</sup> **Cabo Verde é a aposta da China para a África. Jornal Tribuna de Macau**  
Macau, 20 mar. 2018 Disponível em: < <https://jtm.com.mo/local/cabo-verde-e-aposta-da-china-para-africa/> >  
Acesso em: 12 de novembro de 2019.

De acordo com os estatutos do Instituto Confúcio, os meios de comunicação chineses e os discursos de políticos e funcionários do Hanban, o objetivo central do programa é promover a língua e a cultura chinesas, de modo a desenvolver e reforçar as relações comerciais internacionais, promover o multiculturalismo em todo o mundo e fortalecer os intercâmbios educacionais e culturais entre a China e outras nações. No entanto, os institutos também têm um objetivo mais político: a criação de uma imagem global melhorada diante de discursos que colocam a China como uma ameaça.

Por Cabo Verde ser uma país que notou na educação um meio de apropriação identitária e cultura, como também uma maneira de se desenvolver e colher frutos para sua população, a cooperação com a China calhou positivamente, visto que, com apresentados nos gráficos de escolaridade o país busca, mesmo que com pouco recurso, que a população tenha acesso e assim prioriza o ensino primário e secundário, obtendo parcerias de outros países do ensino superior. Entretanto, percebe-se que a difusão do mandarim em Cabo Verde, vai de encontro com as próprias perspectivas do país no que tange a não oficialização da língua ‘criola’ que é uma afirmação identitária, falada entre a população e de importância cultural, bem como afirma Madeira (2014) ‘‘

A língua cabo-verdiana representa uma memória social, uma vez que é instrumento de uma cadeia de reprodução de saberes que se vão comunicando e transmitindo às novas gerações. Ela é o principal elemento identitário do cabo-verdiano e, conseqüentemente, um dos factores mais importantes da cabo-verdianidade. (p.11)

Mediante as discussões trazidas, observa-se que a China é uma país em desenvolvimento que busca não apenas aliados que auxiliem nesse crescimento, mas também difundir sua cultura pelo mundo. Cabo Verde é um país que possui rotas marítimas e aéreas; parceiros comerciais europeus, africanos e americanos e que está em constante busca para o desenvolvimento e afirmação identitária. Seria essa uma junção dos interesses de ambos para que alcançassem seus objetivos? Quem ganha mais com a cooperação? São perguntas que levam a outros vários questionamentos e a infinitas pesquisas e conclusões, é pertinente deixar claro que, no âmbito das Relações Internacionais, as interações no sistema de estados-nação são assimétricas, assim que os países se relacionam. Buscando agregar e cooperar com quem lhes cabe no momento, pensando sempre no que será melhor si, fazendo relações e aliados.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leila Leonor Monteiro de. **A China em África - Que Desenvolvimento Comum? O Caso Cabo Verde**, 2008.

Baker, B. (2006) **Cape Verde: the most democratic nation in Africa?**. *Journal of Modern African Studies*, volume 44 (4): 493-511.

**BORCV – Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Segunda-feira, 31 de Outubro de 2005. I Série-Número 44

CORKIN, Lucy Jane. **China's rising Soft Power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations**, *Rev. Bras. Polít. Int.* 57 (special edition): 49-72 [2014].

**Como funciona o soft power chinês, segundo este autor-João Paulo Charleaux** 16 de jun de 2019 (atualizado 16/06/2019 às 00h06)-Oliver Stuenkel fala ao 'Nexo' sobre as ferramentas culturais e econômicas que a China usa para disputar influência com os EUA e as potências europeias.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. **China: ASCENSÃO À CONDIÇÃO DE POTÊNCIA GLOBAL – CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES**. *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*, Brasília, Ipea 2009.

CUNHA, A. M. **A Economia Política do “Milagre Chinês”**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091508220-.pdf>

**CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD**. 2005. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm> . Acesso em: 02 de março de 2021.

DUARTE, Paulo. **Soft China: O caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa**. *CONTEXTO INTERNACIONAL* Rio de Janeiro, vol. 34, no 2, julho/dezembro 2012, p. 501-529

**ESTUDO DE MERCADO-CABO VERDE**, janeiro de 2018. AIP - FCE um Estudo Realizado pela CESO CI Portugal para a AIP - Feiras, Congressos e Eventos no âmbito do QREN - Projecto Conjunto SI Qualificação nº 16834.

GADDIS, J. L. **International relations theory and the end of the Cold War**. *International Security*, v. 17, inverno de 1992/93, p. 17-18.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA CABO VERDE**. Disponível em: <http://ine.cv/> . Acesso em: 04 de outubro de 2020.

LALLANDE ; MAYA. **El soft power del dragón asiático: la ayuda externa china como instrumento de política exterior**- *Política Exterior China: relaciones regionales y cooperación*. México/Primera edición, 2015.

MADEIRA, João Paulo. **CABO VERDE: DE UM “ESTADO INVIÁVEL” AO PRAGMATISMO NA POLÍTICA EXTERNA.** Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad. 11(1), pp. 85-101, 2016.

MADEIRA, João Paulo, **O DRAGÃO ABRAÇA ÁFRICA:RELAÇÕES CABO VERDE-CHINA,** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.6, n.12, Jul./Dez. 2017 | p.132-151

MAYA, Juan Carlos Gachúz. **El desarrollo militar de China y su impacto en la política exterior**-Política Exterior China: relaciones regionales y cooperación. México/Primera edición, 2015.

**O MAIOR desafio da cooperação entre a China e Cabo Verde é a diversificação: embaixador chinês.** Expresso das ilhas, Praia, 15 de fev 2015, Disponível em: <<https://expressodasilhas.cv/economia/2015/02/15/o-maior-desafio-da-cooperacao-entre-a-china-e-cabo-verde-e-a-diversificacao-embaixador-chines/43997> > Acesso em: 12 de novembro de 2019.

**PERSPECTIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA 2017.** Empreendedorismo e industrialização. OCDE Development Centre. <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264278707-19-pt.pdf?expires=1626884552&id=id&accname=guest&checksum=199662091BABC9559CEAE8361758B933#:~:text=Segundo%20o%20Relat%C3%B3rio%20de%20Competitividade,escala%20de%201%20a%207>> Acesso em 30 de junho de 2021

ROSA, Raquel I. L. de la. **Política exterior china: reconceptualizando el sistema Tianxia.** In ROSA, Raquel Isamara León de la; MAYA, Juan Carlos Gachúz (coord). Política Exterior China: relaciones regionales y cooperacion. Observatorio de Política China, p. 19-61, 2015.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 297-337.

SILVA, Lara Liza Lopes; CARDOZO, Sandra Aparecida, **Relações Cabo Verde-China,** Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

SILVA, Regina Campos Ricardo da. **Explicando Mais e Melhor: A Aplicabilidade do Método para a Pesquisa em Relações Internacionais.** Revista Política Hoje, vol.24, nº2, 2015.

SILVA, Jorge Tavares da; VARELA, João Paulo. **O quadro de cooperação sino-cabo-verdiano na era de Xi Jinping.** A CHINA E ÁFRICA E M ASCENSÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Março, 2020

TAVARES, Pedro Borges. **Relações Cabo Verde/China. Balanço dos trinta e dois anos de cooperação.** 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Estudos Políticos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

**TRADE MAP INTERNATIONAL TRADE** Disponível em:

<STATISTICS[https://www.trademap.org/tradestat/Product\\_SelCountry\\_TS.aspx?nvpm=3%7c132%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1](https://www.trademap.org/tradestat/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=3%7c132%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1)> Acesso em: 15 de outubro de 2020.